

(7) *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., vol. 1, 2007, Coimbra Editora, p. 357.

(8) J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *ob. cit.*, p. 358.

(9) *Ob. cit.*, p. 358.

(10) *Ibidem*.

(11) *Manual de Direito Constitucional*, t. III, 6.ª ed., Coimbra Editora, 2010, p. 157.

(12) *Ob. cit.*, pp. 157 e 158.

(13) Publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Dezembro de 1991.

(14) João Alfaia, *Conceitos Fundamentais do Regime Jurídico do Funcionalismo Público*, 1.º vol., Coimbra, 1985, pp. 153 e seg.

(15) O Parecer n.º 258/77, de 16 de Fevereiro de 1978, foi publicado in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 291, Dezembro de 1979, pp. 195 e segs. — cf. também o *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 5 de Fevereiro de 1980, págs. 697 e segs. e o parecer n.º 260/77, de 21 de Dezembro de 1977, foi publicado in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 239, de 17 de Outubro de 1978, pp. 6291 e segs., e *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 281, pp. 35 e segs.

(16) Critério que o Autor, aliás, recusa perfilhar.

(17) *Manual de Direito Constitucional*, t. III, 6.ª Edição, 2010, p. 158.

(18) *Ibidem*.

(19) *Pareceres da Comissão Constitucional*, 10.º vol., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 170.

(20) In <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20020345.html>.

(21) *Ob. Cit.*, p. 382.

(22) José Carlos Vieira de Andrade, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 4.ª ed., Almedina, 2009, p. 197.

(23) *Ob. cit.*, p. 217.

(24) *Ob. cit.*, p. 219.

(25) Sobre as questões de constitucionalidade suscitadas por este dispositivo, cf. Paulo Veiga e Moura, *Função Pública*, 1.º vol., Coimbra Editora, 2001, pp. 129 e segs., e Mário Torres, “O Estatuto Constitucional dos Estrangeiros”, *Scientia Iuridica*, Maio-Agosto de 2001, t. L n.º 290, pp. 7 e segs.

(26) Paulo Veiga e Moura e Cátia Arrimar, *Os Novos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores da Administração Pública*, Coimbra Editora, 2008, p. 26.

(27) Sobre lacunas e respectiva integração, cf., entre outros, o parecer n.º 35/99, de 13 de Julho de 2000, in *Diário da República*, 2.ª série, de 24 de Janeiro de 2001, e o parecer n.º 80/2003, de 15 de Janeiro de 2004, in *Diário da República*, 2.ª série, de 27 de Março de 2004.

(28) Mário Esteves de Oliveira, Pedro Costa Gonçalves e J. Pacheco de Amorim, *Código do Procedimento Administrativo*, 2.ª Ed., 1997, Almedina, p. 255.

(29) No mesmo sentido, cf. Manuel Simas Santos e Jorge Lopes de Sousa, *Contra-ordenações — Anotações ao Regime Geral*, 4.ª ed., Vislis, 2007, p. 308.

204239332

### Conselho Superior do Ministério Público

#### Despacho (extracto) n.º 2037/2011

Licenciado José Augusto dos Santos Rodrigues — Procurador da República, cessa funções por efeitos de aposentação/jubilamento.

3 de Janeiro de 2011. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

204244095



## PARTE E

### ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

#### Aviso n.º 2924/2011

Para os devidos efeitos, se informa que o Regulamento n.º 21/2006, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 10 de Abril, relativo à utilização dos espaços comuns da Escola Superior de Enfermagem de Artur Ravara e da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESEAR e ESTeSL), situadas na Avenida de D. João II, lote 4.69.01, Parque das Nações, 1990-096 Lisboa, encontra-se revogado, passando esta matéria a ser regulada nos termos do regulamento aprovado pela Escola Superior de Enfermagem de Lisboa e pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa, em 17 de Janeiro de 2011, disponibilizado no sítio da Internet das respectivas Escolas.

17 de Janeiro de 2011. — O Vice-Presidente, *João Carlos Barreiros dos Santos*.

204238652

### ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

#### Aviso n.º 2925/2011

Por despacho de 20 de Dezembro de 2010 do Reitor do ISCTE-IUL:

Maria Luísa Soares Almeida Pedroso de Lima- autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de *tenure*, na categoria de professora catedrática neste Instituto, na sequência de procedimento concursal com efeitos a partir da data do despacho de autorização, sendo remunerada pelo Escalão 2, Índice 300 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários.

18 de Janeiro de 2011. — A Administradora, *Teresa Laureano*.

204237907

#### Aviso n.º 2926/2011

Por despacho de 30 de Dezembro de 2010 do Reitor deste Instituto:

Catarina Maria Valente Antunes Marques — autorizado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, pelo período experimental de cinco anos, na categoria de professora auxiliar neste Instituto, por ter concluído as provas de doutoramento, com efeitos a partir de 30.12.2010, com a remuneração correspondente ao Escalão 1; Índice 195 da tabela de vencimentos dos docentes universitários.

18 de Janeiro de 2011. — A Administradora, *Teresa Laureano*.

204237923

### ORDEM DOS ADVOGADOS

#### Edital n.º 91/2011

Pedro Raposo, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Faz saber que, por deliberação do Conselho de Deontologia de Lisboa, reunido em Plenário no dia 15 de Junho de 2010, no processo disciplinar n.º 433/2006-L/D e apenso n.º.694/2006-L/D, em que é arguida respectivamente, por participação dos Serviços do Ministério Público de Olhão e do Senhor Dr. Fernando Cruz Cabrita, foi aplicada à Senhora Dr.ª Marian Aletta Does, que usa o nome profissional de Marian Does, detentora da cédula profissional n.º.11162L, com último domicílio profissional conhecido na Fonte Santa, 47, em Quarteira, Algarve, a pena disciplinar de suspensão, por 6 (seis) meses, por violação do disposto nos artigos, 83.º, n.ºs 1 e 2, artigo 85.º n.º.1, alínea a), artigo 86.º, artigo 90.º, artigo 106.º, alínea a) do n.º.1 do artigo 107.º e que constitui infracção disciplinar nos termos do artigo 110.º, todos do Estatuto da Ordem dos Advogados.

A presente pena disciplinar iniciou a produção dos seus efeitos legais no dia Vinte de Dezembro de Dois Mil e Dez.

29 de Dezembro de 2010. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Pedro Raposo*.

204239738

**Edital n.º 92/2011**

Pedro Raposo, Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, em cumprimento do disposto no artigo 137.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei N.º 15/2005, de 26 de Janeiro, faz saber que, por acórdão do Conselho de Deontologia de Lisboa, reunido em Plenário em 28 de Setembro de 2010, transitado em julgado, proferido no Processo Disciplinar N.º 31/2007-L/D e Apenso 553/2007-L/D, foi aplicada ao Senhor Dr. João Manuel Alves Gabriel Mendes Gago, que usa o nome profissional de João Mendes Gago, Advogado, com a cédula profissional n.º 6820L, com domicílio profissional na Rua Tenente Espanca, n.º 31, 6.º A, 1050-220 Lisboa, a pena disciplinar de multa, no valor de € 1.000,00 (mil euros), prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 125.º, por violação dos deveres previstos nos artigos 83.º, 85.º n.º 1, 86.º a) e 103.º n.º 1, todos do Estatuto da Ordem dos Advogados.

A presente pena produz efeitos a partir de 11/12/2010, que foi o dia seguinte àquele em que a decisão se tornou definitiva.

31 de Dezembro de 2010. — O Presidente do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados, *Pedro Raposo*.

204239551

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE****Declaração de rectificação n.º 199/2011**

Por ter sido publicado com inexactidão o regulamento n.º 884/2010 relativo ao Regulamento Geral de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente da Universidade do Algarve, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 16 de Dezembro de 2010, rectifica-se que no n.º 5

do artigo 10.º onde se lê «as alterações de posicionamento remuneratório que resultem da obtenção do título de agregado ou de mudança de categoria não afectam a acumulação de pontos obtida nos termos do n.º 4 do artigo 7.º» deve ler-se «as alterações de posicionamento remuneratório que resultem da obtenção do título de agregado ou de mudança de categoria não afectam a acumulação de pontos obtida nos termos do n.º 5 do artigo 7.º».

6 de Janeiro de 2011. — O Reitor, *João Pinto Guerreiro*.

204240725

**UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR****Despacho n.º 2038/2011**

Por despacho de 12-1-2011 do Reitor da Universidade da Beira Interior:

Doutor Paulo José Tente da Rocha Santos Osório, autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em regime de tenure, na categoria de Professor Associado na área disciplinar de Letras, do mapa de pessoal da UBI, na sequência de procedimento concursal, com direito à remuneração correspondente ao índice 245, escalão 1 do Estatuto Remuneratório do Pessoal Docente Universitário.

13 de Janeiro de 2011. — O Reitor, *João António de Sampaio Rodrigues Queiroz*.

204244468

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA****Despacho n.º 2039/2011**

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 e no uso da competência delegada por despacho reitoral de 16 de Dezembro de 2010, subdelego no docente indicado, sem possibilidade de subdelegação, a presidência do júri da seguinte prova de doutoramento:

**Provas de doutoramento**

Doutorando	Área do doutoramento	Docente que preside ao júri das provas, por delegação		
		Nome	Categoria	Faculdade/departamento
Maria de Fátima Loureiro da Silva.	Doutoramento em Ciências da Saúde, no ramo de Ciências Biomédicas.	Paulo de Carvalho Pereira.	Investigador coordenador	Faculdade de Medicina/ Centro de Oftalmologia — IBILI.

Nas faltas, ausências ou impedimentos do Presidente do júri aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 84.º do Regulamento n.º 344/2010, de 12 de Abril.

12 de Janeiro de 2011. — A Vice-Reitora, *Cristina Maria da Silva Robalo Cordeiro*.

204243828

**Despacho n.º 2040/2011**

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 e no uso da competência delegada por despacho reitoral de 22 de Novembro de 2010, subdelego nos docentes indicados, sem possibilidade de subdelegação, a presidência dos júris das seguintes provas de doutoramento:

**Provas de Doutoramento**

Doutorando	Área do Doutoramento	Docente que preside ao Júri das provas, por delegação		
		Nome	Categoria	Faculdade/Departamento
Ana Paula Marques de Sousa. . .	Biologia, na especialidade de Biologia Celular.	Prof.ª Doutora Maria da Graça Pratas do Vale.	Professora Catedrática. . .	Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Departamento de Ciências da Vida da FCTUC
David Alegre Vaz. . . . .	Geologia, na especialidade de Tectónica.	Prof. Doutor Alcides José de Sousa Castilho Pereira.	Professor Associado com Agregação e Director do Departamento.	Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Departamento de Ciências da Terra da FCTUC
Edilson Moura Pinto . . . . .	Engenharia de Materiais	Prof.ª Doutora Maria Teresa Freire Vieira.	Professora Catedrática. . .	Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC
Igor Clemente Tiago . . . . .	Biologia, na especialidade de Microbiologia.	Prof. Doutor Milton Simões da Costa.	Professor Catedrático. . .	Faculdade de Ciências e Tecnologia/ Departamento de Ciências da Vida da FCTUC